



# **Aquilombar: A luta das mulheres quilombolas frente a um Brasil colonial contemporâneo**

Paula Vitória Moreti Soares<sup>1</sup>

*<sup>1</sup>Graduanda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. Pesquisadora voluntária no Laboratório de estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades - LEMTO, na Universidade Federal Fluminense. E-mail: paulamoreti@outlook.com*

## **Resumo**

Desde Aquilombar, mulheres negras têm lutado por sua liberdade e direito ao acesso à terra. O legado de mulheres libertárias como Dandara dos Palmares e Tereza de Benguela evidenciam que ainda na contemporaneidade a luta se faz presente para aqueles que foram invisibilizados no processo "civilizatório" da modernidade. O conflito no campo brasileiro revela uma estrutura agrária que o Estado não se propõe a debater, e mesmo quando concede direitos, barreiras parecem se erguer na efetivação. Em 2003 a partir do decreto 4.887<sup>1</sup> regulamenta-se o procedimento de acesso à terra às comunidades quilombolas. Mesmo com os avanços transportado pelo decreto, a morosidade do Estado em efetivar o direito passam a ficar evidentes, em contrapartida os conflitos passam a ficar cada vez mais acirrado. O presente ensaio busca adentrar ao campo geográfico a temática do conflito pela narrativa das mulheres quilombola. Evidenciando o que foi silenciado há mais de 500 anos, buscando assim cartografar os conflitos no território brasileiro de 2003-2018, no qual passa-se a emergir e salientar os corpos quilombolas como sujeitos de direitos, e assim evidenciar quais atores hegemônicos essas mulheres têm feito resistência. Para a realização da pesquisa os levantamentos de dados foram realizados através dos históricos da CPT que reúnem todos os conflitos por água e terra, nesta nos interessou salientar quais atores hegemônicos aparecem nos conflitos. Os resultados obtidos evidenciam como o Estado, fazendeiros e empresas têm mantido o esforço para continuação de um Brasil de 500 anos atrás, perpetuando assim a colonização pela colonialidade.

## **Palavras-Chave**

**Mulheres. Quilombo. Conflito.**

## **Introdução**

A forma de se produzir ciência na atualidade, traz consigo de maneira arraigada um olhar europeu acerca da produção do conhecimento, no qual o homem branco passou ao longo da dita modernidade a impor sua cosmovisão particular sobre o mundo, quer seja pelas vias do poder, do saber, do ser, e/ou da natureza, delineando assim uma única narrativa do processo (CRUZ, 2017) Tornando esse

---

<sup>1</sup> **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003** :Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm) Acesso: 14 de jul 20

projeto para além do contexto colonial, no qual pode ser compreendida na atualidade pela colonialidade.

Articulando-se nesta prepositiva acerca das formas de poder transportada pela colonialidade, o campo da ciência geográfica também se faz eixo desta problemática. No qual no perpassar de sua história, serviu de modo articulado para a manutenção dos poderes hegemônicos, que regem a colonialidade.

Abordar a questão da mulher neste campo acadêmico, no qual como coloca Silva (2003) que sempre relegou a mulher a uma certa invisibilidade no processo de produção do espaço e desprezando assim a complexificação e a não homogeneização no qual se faz o mesmo, implica a necessidade de descolonizar saberes. Evidenciando assim a multiplicidade em que se faz a espacialização dos fenômenos.

A questão de gênero, conjuntamente com a terra é um dos temas debatidos em várias outras ciências, Segundo publicação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) "*Racismo e Violência Contra Quilombolas no Brasil*" de 2018 ao mapear os conflitos relacionados às comunidades quilombolas, a violência sofrida por mulheres quilombolas recebeu uma atenção especial na discussão dos dados. Reconhecendo assim seu protagonismo, porém sua invisibilização na luta sendo muitos dos casos considerados feminicídios comuns e não por decorrência de disputa por território.

"A não visibilidade destas mulheres como sujeitas políticas ativas na defesa dos seus territórios reforça um ciclo de violência sofrido pelas quilombolas, dentro ou fora de seus quilombos." (CONAQ 2018)

O ensejo para a realização da pesquisa tem por objetivo lançar voz para a luta dessas mulheres que tem seu papel muita das vezes invisibilizado, sendo excluídas do acesso a terra, mesmo fazendo parte das estatísticas nesses conflitos. Partindo de uma sociedade de herança patriarcal e escravocrata, a pesquisa tem por intuito compreender a complexidade de ser mulher, negra e remanescente quilombola no território brasileiro, fazendo assim uma análise de quem são os poderes hegemônicos que conflitam com essas mulheres quilombolas pelo acesso a terra. Configurando assim a posição de protagonistas em sua luta, trazendo esse debate para dentro da academia.

### **Metodologia ou Materiais e Métodos**

Esta pesquisa decorre como inquietação dos desdobramentos do trabalho de tese da professora Rafaela Neves, no qual tem por objetivo trabalhar com a temática dos conflitos quilombolas no território brasileiro nos períodos que sucederam o decreto 4.887 de 2003 do governo lula como explicitado anteriormente.

Buscando salientar o debate dos conflitos pela narrativa geográfico, busquei trazer a luz, o embate das mulheres quilombolas frente a um sistema de poderes hegemônicos e sua prepositiva capitalista, para isso refletindo a própria construção do espaço agrário brasileiro e a colonialidade que o atravessa.

O caminho para tal análise foi desenvolvido em três procedimentos: I) Pesquisa Documental; II) Pesquisa Bibliográfica; III) Tratamento dos dados

I) Pesquisa documental: que consistiu em um levantamento dos dados pela leitura dos históricos de conflitos quilombolas que ocorreram entre os anos de 2003-2018 da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em escala nacional. A escolha da CPT reflete a

forma que resolvemos tratar a temática pela leitura da decolonialidade. A CPT foi escolhida neste processo por trazer um diálogo direto com essas comunidade.

II) Pesquisa Bibliográfica: Para tal interpretação dos dados e compreensão de como se fez essa conjuntura territorial até o presente momento, buscando sempre descolonizar saberes um processo importante se faz a leitura do espaço-tempo. Compreendendo assim a noção de conflito, as mudanças no que tange a conceituação de quilombo, e assim como o sistema patriarcal escravocrata se faz de modo enraizado na sociedade brasileira.

III) Tratamento dos dados: Buscou nesta pesquisa estabelecer em quais dos conflitos a presença de mulheres se fez notada e quais atores adentram a problemática, porém por se tratar de uma pesquisa que se desdobra de uma outra. Esses dados que fazer reflexo deste trabalho, apresenta muitas outras categorias, que não nos faz importante para esse trabalho, porém a mesma evidencia a complexidade com que se faz o conflito no território nacional.

### Resultados e discussão

Analisar esses dados têm por conseguinte, analisar um Brasil de 500 anos. As forças hegemônicas que impõe sobre o território sua cosmovisão particular são as mesma que trazer a narrativa do não debate sobre o contexto agrário do país desde o Brasil colônia.

Fonte: LEMTO a partir de dados da CPT (2020)

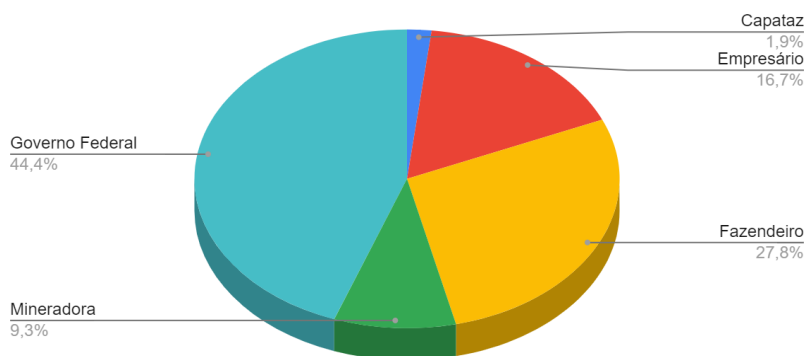


Figura 1. Categoria "Causou" 2003-2018

No figura 1 podemos observar os atores que conflitam diretamente ou indiretamente com essas mulheres que muitas das vezes se encontram na linha de frente do confronto. Os que mais aparecem com evidência se encontram na figura do Governo Federal e dos fazendeiros, expondo assim a complexidade com que se faz o território brasileiro.

Adentrando a análise, o Governo Federal possui parcela de 44,4% nos confrontos. Seja pela morosidade no trato da regulamentarização, seja com sua disfuncionalidade e consonância com as narrativas do e pelos poderes hegemônicos, o governo federal adentra a problemática evidenciando a vulnerabilidade destes corpos frente a um Estado omissos e conivente.

Em consonância com o Governo Federal, os fazendeiros aparecem em 27,8% dos casos. Apresentando-se como herança da formação do território brasileiro, esses fazem parte de uma massa que repudiam o debate da estrutura agrária brasileira. A intimidação, violação de direitos, ameaça são práticas para a perpetuação de suas terras.

Os empresários também fazem parte constituinte desses conflitos. Com 16,7% os mesmos impõem sobre o território a visão do capital, seja contaminando solo e água, gerando danos ao ambiente e aos moradores para a perpetuação do lucro.

Neste cenário exposto, podemos observar em consonância ao conflito a resistência das mulheres, quer seja pela perpetuação de sua identidade étnica, ou pelo papel político das líderes quilombolas. Mulheres têm participado na linha de frente desses confrontos, convertendo-se em alguns casos em estatística. A invisibilização de sua resistência, não apagam seus feitos.

### **Conclusão**

O presente estudo procurou evidenciar a centralidade dessas mulheres, sendo tais construtoras de narrativas significativas contra o sistema hegemônico imposto. Fazendo um breve análise da conjuntura brasileira, podemos observar seu entrelaçamento com uma lógica moderno/colonial hegemônica, com sua economia agroexportadora, com base no latifúndio, traz a insurgência de se pensar em uma geografia do espaço agrário brasileiro que enxergue a existência dos sujeitos subalternos diante dos grupos dominante. O duplo silenciamento vivenciados pelas mulheres quilombolas, faz emergir a necessidade do debate tanto no campo acadêmico, porém, mais do que tudo no campo político, no qual atua em benefício dos poderes que vão de confronto com os interesses desses quilombolas.

### **Referências**

CRUZ, Valter do Carmo. **Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico**. In.: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). 1º ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15 – 36.

SILVA, J. M. **Um Ensaio sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica**. Rev. História Regional, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

CONAQ. **Quilombolas. Racismo e violência contra quilombos no Brasil / Terra de Direitos**, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas — Curitiba: Terra de Direitos, 2018